

BENEVIDES ÁGUAS S.A. - CNPJ: 15.887.193/0001-11

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	66.901	80.156
Contas a receber de clientes	4	57.745	64.344
Estoque	5	34.729	35.658
Impostos a recuperar	6	19.573	4.568
Partes relacionadas	8	10.061	3.396
Outros ativos		1.873	1.999
Total do ativo circulante		190.882	190.121
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	13	2.222	1.617
Impostos a recuperar	6	4.476	1.950
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	13.476	4.875
Outros ativos		31	77
Investimentos		2	2
Imobilizado	9	60.710	55.114
Direito de uso	10	16.200	20.422
Intangível		1	1
Total do ativo não circulante		97.118	84.058
Total ativo		288.000	274.179

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	11	168.961	160.532
Fornecedores - risco sacado	12	7.630	4.036
Passivo de arrendamento	10	5.152	5.101
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		7.116	5.685
Obrigações tributárias	6	12.279	2.326
Partes relacionadas	8	56	301
Dividendos a pagar		94	5.610
Outros passivos		503	656
Total do passivo circulante		201.791	184.247

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	10	12.763	16.432
Provisão para contingências	13	38.579	1.639
Total do passivo não circulante		51.342	18.071
Patrimônio líquido	14		
Capital social		27.346	27.346
Ajustes de avaliação patrimonial		(409)	(409)
Reservas de lucros		7.930	44.924
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da companhia		34.867	71.861
Total do patrimônio líquido		34.867	71.861
Total do passivo e patrimônio líquido		288.000	274.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024			
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por quota, em reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	533.451	534.011
Custo de produtos vendidos	16	(435.485)	(446.053)
Lucro bruto		97.966	87.958
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(15.189)	(5.464)
Despesas com vendas	18	(55.033)	(50.479)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		5.874	(4.626)
		(64.348)	(60.569)
Lucro operacional antes do resultado de equivalência e resultado financeiro		33.618	27.389
Lucro antes do resultado financeiro e impostos de renda e contribuição social		33.618	27.389
Despesas financeiras	19	(37.412)	(8.134)
Receitas financeiras	19	10.356	9.964
Resultado financeiro		(27.059)	1.630
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.562	29.219
Corrente		(10.413)	(14.165)
Diferido		8.601	4.709
		(1.812)	(9.456)
		4.750	19.763

Lucro líquido do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro líquido do período	4.750	19.763	
Outros resultados abrangentes			
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do período	4.750	19.763	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva capital.	Ajuste de avalia.	Reser. legal	Reser. de retenção de lucros	Lucros acumul.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.346	-	(409)	3.320	26.535	-	56.792
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.763	19.763
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(4.694)	(4.694)
Reserva legal	-	-	-	988	-	(988)	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	14.081	(14.081)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.346	-	(409)	4.308	40.616	-	71.861
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(40.616)	-	(40.616)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.750	4.750
Reserva legal	-	-	-	237	-	(237)	-
Dividendos propostos sujeitos a aprovação da AGE	-	-	-	-	3.385	(3.385)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.128)	(1.128)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.346	-	(409)	4.545	3.385	-	34.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)		
--	--	--

1. Contexto operacional
A Benevides Águas S.A. ("Companhia"), constituída como sociedade por ações de capital fechado, tem sua sede localizada na Estrada do Bituba, s/n, Sítio Santo Antônio, cidade de Santa Isabel do Pará, no estado do Pará. A Companhia é controlada pela 4H Participações S.A. A Companhia tem como principal objeto social o engarrafamento, a comercialização e a distribuição da água mineral "Belágua" e "Crystal" na região norte do país. Seus produtos são comercializados nos estados do Amapá, Roraima, Pará e Maranhão. Adicionalmente, também operacionaliza a comercialização de bebidas em geral, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, cervejas e destilados no estado de Roraima.

2. Principais políticas contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPG 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Administração em 26 de fevereiro de 2026. **2.1. Conversão de moeda estrangeira** - As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Transações e saldos** - As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. **2.2. Receita de contrato com cliente** - A NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia recebe pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos e mercadorias** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfetida a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos. A Companhia considera se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia considera, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação variável do reconhecimento de receita de acordo com o cliente. **Contraprestação variável** - Acréscimos e penalidades por atraso. A Companhia cobra de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia reconhece as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores. **Descontos por volume e pontualidade no pagamento** - A Companhia oferece descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o exercício excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados. **Regalia de juros** - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um exercício mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3. Impostos - Imposto de renda e contribuição social - correntes - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões admissionais. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados na taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. **Impostos sobre vendas** - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Contas a receber de clientes e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por consequente, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.5. Distribuição de dividendos** - A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores. O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras", pela fruição de prazo dos recebíveis. **2.7. Imobilizado** - O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 8. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Custos de empréstimos** - Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um valor significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.9. Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O exercício e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** - A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda

por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Agio pago por expectativa de rentabilidade futura. Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, no nível da unidade geradora de caixa. **2.11. Estoques** - Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: **Matérias-primas** - custo de aquisição segundo o custo médio. **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas. **2.12. Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para contingências** - Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. **Programa de participação nos resultados** - A Companhia possui programa de participação nos resultados baseados em metas de curto e longo prazo. **2.13. Arrendamentos** - A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor. **Direito de uso** - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor exercício entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Taxas médias ponderadas de depreciação (ao ano)
Frotas	39%
Imóveis	49%
Máquinas e equipamentos	49%

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 9. **Passivo de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor não reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.14. Novas normas, alterações e interpretações** - Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs), acompanhadas de reconciliações ao subtotal mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPG 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPG 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPG 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que refleta as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1.704	7.590
Equivalentes de caixa	65.197	72.566
	66.901	80.156

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com um percentual médio de 97,8% em 31 de dezembro de 2025 (100,4% em 31 de dezembro de 2024) e possuem liquidez imediata para utilização nas operações da Companhia. Segue abaixo a composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Equivalentes de caixa		
CDB	-	72.500
Equivalentes de caixa - Letras Financeiras	8.097	-
Debêntures compromissadas	57.022	-
Automáticas	78	66
	65.197	72.566

4. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contas a receber de clientes possuíam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas	27.249	19.723
Contas a receber de clientes	32.879	46.076
	60.128	65.799

(-) Ajuste a valor presente	(232)	(365)
(-) Abatimentos	(1.138)	(605)
	58.758	64.829
	(1.013)	(485)
	57.745	64.344

Circulante

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o vencimento do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrado abaixo

continuação Benevides Águas S.A.

9. Imobilizado

a) Composição dos saldos

31/12/202531/12/2024

		Taxas médias ponderadas de amortização(a.a.)	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-		506	-	506	506
Beneficitorias em imóveis de terceiros	2,2%		157	(6)	151	154
Edificações	2,1%		14.150	(4.715)	9.435	6.977
Máquinas e equipamentos	7,1%		40.129	(11.975)	28.154	27.806
Móveis e utensílios	7,1%		1.270	(247)	1.023	379
Garrafas e embalagens	20,0%, 25,0% e 50,0%		475	(88)	387	249
Geladeiras	14,3%		12.878	(4.752)	8.126	7.968
Computadores e periféricos	20,0%		662	(460)	202	268
Veículos	10,0% e 20,0%		10.214	(1.897)	8.317	5.140
Instalações	3,6%		4.283	(1.450)	2.833	2.792
Outras imobilizações	9,1%, 10,0% e 20,0%		1.425	(370)	1.055	278
Imobilizado em andamento	-		2.644	-	2.644	4.887
Provisão para perdas	-		(2.123)	-	(2.123)	(2.290)
			86.670	(25.960)	60.710	55.114

1. Imobilizado

a) Composição dos saldos

31/12/202531/12/2024

		Taxas médias ponderadas de amortização(a.a.)	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-		506	-	506	506
Beneficitorias em imóveis de terceiros	2,2%		157	(6)	151	154
Edificações	2,1%		14.150	(4.715)	9.435	6.977
Máquinas e equipamentos	7,1%		40.129	(11.975)	28.154	27.806
Móveis e utensílios	7,1%		1.270	(247)	1.023	379
Garrafas e embalagens	20,0%, 25,0% e 50,0%		475	(88)	387	249
Geladeiras	14,3%		12.878	(4.752)	8.126	7.968
Computadores e periféricos	20,0%		662	(460)	202	268
Veículos	10,0% e 20,0%		10.214	(1.897)	8.317	5.140
Instalações	3,6%		4.283	(1.450)	2.833	2.792
Outras imobilizações	9,1%, 10,0% e 20,0%		1.425	(370)	1.055	278
Imobilizado em andamento	-		2.644	-	2.644	4.887
Provisão para perdas	-		(2.123)	-	(2.123)	(2.290)
			86.670	(25.960)	60.710	55.114

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADORA

ANDREZZA DOS SANTOS ROCHA - CPF: 824.243.223-68 - CRC-CE 018783/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aos Administradores e Acionistas da

Benevides Águas S.A. Fortaleza - CE

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Benevides Águas S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

Este documento esta firmado por

	Firmante	CN=DIARIOS DO PARA LTDA:04218335000131, OU=AC SyngularID Multipla, OU=41367161000103, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR
	Fecha/Hora	Thu Feb 26 20:08:53 BRT 2026
	Emisor del Certificado	CN=AC SyngularID Multipla, O=ICP-Brasil, OU=AC SyngularID, C=BR
	Numero de Serie	895062532464328387366409
	Metodo	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)
Nota	Certificado por DIARIO DO PARA e publicado em sua plataforma digital. Autenticidade pode ser verificada no QrCode ao lado ou no link: https://ee.dol.com.br/publicidadelegal	